



Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1975

(SEGUNDA-FEIRA).

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Alfredo Gulin, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à Leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

de autoria do sr. Deputado Rosário Pitelli, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 32/74.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar na Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OSIRES ZAPAROLLI PAQUETE.

Bispo — tratamento íntimo pelo qual era conhecido — sempre desfrutou de extraordinários laços de amizade, não apenas nesta Capital, mas em grande parte do Estado do Paraná.

Teve atuação destacada nos meios esportivos, fazendo-se amigo de tantos quantos militam no rádio, na televisão e nos jornais.

Sempre comunicativo, prestativo e humano. Osires Zaparolli Paquete — vítima de fatal acidente, nos deixa a dor e a saudade.

O que visamos com este requerimento é no sentido de que fique registrado o pronunciamento desta Casa Legislativa pelo prematuro passamento de um homem, que dentre tantas outras qualidades, soube cultivar uma muito importante: a de saber ser e fazer amigos.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Ribeiro de Macedo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que após sua aprovação, dê-se conhecimento do mesmo à família enlutada.

Justifica-se o presente requerimento, pelo fato que o Dr. Carlos Ribeiro de Macedo tenha sido eminente médico, verdadeiro sacerdote e humanitário. Prefeito Municipal, Deputado Estadual por várias legislaturas, Professor, dedicou-se à medicina por amor, defendeu com brilhantismo tese sobre Gastroenterite Infantil, sendo publicada.

Ultimamente era presidente da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. É o Dr. Carlos Ribeiro de Macedo, um paranaense digno, mui respeitado e estimado pelos Pontagrossenses e por quantos o conheceram.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO LUIZ VIEIRA, funcionário gráfico da Editora "O Estado do Paraná".

Outrossim, requer se dê ciência da decisão desta Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975.

a) MAURICIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, um voto de congratulações ao Dr. OVÍDIO FRANZONI, pela sua nomeação à Superintendência da Fundação da Assistência ao Trabalhador Rural do Paraná.

Ilustre homem público, tem demonstrado através dos diversos cargos que ocupou, dentre os quais o de Deputado Estadual, os propósitos de bem servir, o que vem caracterizar a acertada escolha.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, ao Governo do Estado, ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e à Administração do Porto de Paranaguá, formulando veemente apelo àquelas autoridades no sentido de regularizar o mais breve possível a situação do Porto de Paranaguá, congestionado e ameaçado de entrar em colapso pelo gigantesco movimento ocorrido nas últimas semanas principalmente ocasionado pela safra do soja e a falta de armazéns para estocar a mercadoria.

Se não bastasse, o atraso de navios para carregar o produto, a morosidade nas descargas e a falta de estrutura no Corredor de Exportação para armazenar o soja, cuja capacidade de armazenamento é no máximo 250.000 toneladas, tornam a situação difícil, necessitando com urgência a construção de um maior número de armazéns e Silos de grande capacidade no referido porto, permitindo um rápido escoamento do produto, evitando-se, assim, as filas dos caminhões que ao longo da Rodovia 277, num trecho de vários quilômetros encontram-se estacionados, colocando em sério risco a segurança de tráfego daquela rodovia.

Para agravar ainda mais a situação, a safra de milho que iniciada em meados do ano, com um excedente exportável em torno de 800.000 toneladas, a junto com a safra do soja no Estado, estimada em 3 milhões e 500 mil toneladas, ou seja, 57 milhões de sacas, fatalmente não terá condições satisfatórias de escoamento, se as providências acima solicitadas não forem concretizadas.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975.

a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, o presente apelo, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes para a movimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Rancho Alegre e Uraí.

Referida estrada é um velho sonho dos moradores daqueles municípios e, sabedores de que a Coordenadoria do 7º Distrito Rodoviário deverá executar por administração direta algumas estradas na região, apelamos para que se de prioridade à estrada acima referida.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja endereçado ao Banco do Estado do Paraná a presente solicitação no sentido de ser urgenciado a instalação de uma Agência na Praça de São João, conforme Justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1975

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O município de São João, ocupa posição de destaque no Sudoeste do Paraná, sendo o maior produtor de trigo e um dos mais destacados na produção de feijão, milho e soja. Por outro lado, seu desenvolvimento urbano está a ensejar a instalação do Banco oficial do Estado, como novo impulso e incremento desenvolvimentista, conforme reivindicação das mais justas e formulada por quem de direito, conforme documento incluso.--

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos seus direitos e na forma regimental, requer a V. Exa., que ouvido o plenário, sejam encarecidas providências ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de serem atendidos, com toda a urgência,

aos lavradores que estão interessados na cultura de trigo e estão impossibilitados de fazê-lo por falta de sementes.

Esse fato está ocorrendo no município de Palmeira, por informações que temos, de que a ACARPA, entidade que vem atendendo aos lavradores no fornecimento de semente, está impossibilitada de atendê-los em relação à semente de trigo como havia se comprometido, em face do não cumprimento, por parte da Café do Paraná, do contrato de entrega de sementes, segundo comunicado que recebeu.

A ocorrência se reveste de importância, não só pelo prejuízo que trará a esse importante setor de produção, como também aos próprios lavradores que já tinham preparado suas terras a essa cultura e agora se vêem na contingência de abandonar.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO, digníssimo presidente do Banco do Estado do Paraná SA, apelo no sentido de que seja instalada uma agência daquele estabelecimento de Crédito Oficial no município de São João, tendo em vista o extraordinário desenvolvimento agrícola da região que coloca São João como o segundo produtor de feijão e o primeiro de trigo da região Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando a indissolubilidade do casamento incompatível com o atual estágio evolutivo da Família Brasileira;

Considerando o casamento indissolúvel uma obrigação legal que amplia os desajustes sociais, violenta as consciências e estabelece a proximidade e a prostituição;

Considerando ainda que padrões de moral estabelecidos pela indissolubilidade do casamento, são injustos, opressores e anticristãos;

Considerando ainda que o Código Civil, em seu artigo 231, que estabelece os deveres assumidos com o matrimônio: "fidelidade recíproca; vida em comum, no domicílio conjugal; mútua assistência, sustento, guarda e educação dos filhos" — tem sido de maneira quase que geral, ferido;

Considerando também que a aversão, a discórdia e a hostilidade, bem como a intolerância entre os cônjuges, instala um ambiente deletério, de consequências até trágicas na vida conjugal, e que, a indissolubilidade do casamento é importante para modi-

ficar essa situação, colaborando para ampliar o clima de tensão e desespero;

Considerando que realmente se transforma numa fonte de corrupção, aviltamento para a prole, de vergonha para a família, de escândalos à sociedade e de perigos à ordem pública e obrigatoriedade de viverem juntos os cônjuges que se tornaram irreconciliáveis;

Considerando que a medida paliativa, o DESQUITE, está aumentando de maneira assustadora em todos os níveis de nossa sociedade, No Rio de Janeiro, até 78, o número de desquites deverá igualar ao de casamentos. Em São Paulo, de 67 a 73, o número de desquites cresceu em aproximadamente 94 por cento, enquanto o de casamentos ficou na ordem de 50 por cento. Para falar somente nas Capitais, o índice de desquites em Brasília, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba, Belém e outras; e considerado assustador. Enquanto em Belém o total de desquites foi superior ao de casamentos nos primeiros meses do ano passado, em Curitiba já alcança 50 por cento do número de casamentos, os desquites que em 74 somente em processos julgados pela 13ª Vara Cível de Família atingiu 833 desquites, justificativa de Senadores e Deputados Federais, divorcistas, a seguir relatada, mostra a postura preocupativa que caracteriza nosso ambiente social:

"Vê-se portanto, que o fenômeno do divórcio já assola a sociedade brasileira, criando situações extralegis e paralegis. Com a separação de uma família legal, criam-se pelo menos duas famílias extralegis, o que causa constrangimentos sociais e prejuízos muito grandes aos filhos. A bigamia é facilitada e até provocada pelas grandes ondas da migração interna. Não podia pois, o legislador ficar indiferente e passivo perante o fenômeno do divórcio, uma vez que passou a, por assim dizer, semi-oficializá-lo pela instituição do desquite e pelas garantias outorgadas ao concubinato, com o reconhecimento dos direitos da companheira e dos filhos nascidos dessas uniões e, beneficiando uns e outros por meio da assistência social. É uma situação, convenhamos, estranha e duvidosa, que desafia o legislador".

Considerando o DESQUITE: uma atitude abominável, que não soluciona os casos de adultérios e nem acaba legal e moralmente com uniões de casais amasiados. Como também, não apaga a imensa mancha de ilegitimidade, impedindo que, dos escombros de um lar desfeito, possam ser erigidos mais lares onde se propale o amor e a segurança.

O desquitado, principalmente a mulher, com raras exceções, são marginalizados pela nossa instituição familiar, transformando-os em criaturas "especiais", que, se não estão preparados psicologicamente, contribuem para que os próprios filhos sejam corrompidos e aviltados. Sem poder contrair novo matrimônio, os casais separados descem na escala de valores sociais.

Acreditamos que a proposição do assunto no debate, deve observar a questão por outro ângulo: OS FILHOS: — A dissolubilidade, o vínculo matrimonial, permite, em consequência, novos casamentos, e aos filhos, será benéfico a vida em ambiente doméstico de esposa e esposo, mesmo que um dos cônjuges não seja o letítimo. É desastroso aos filhos a convivência entre pais amasiados e "assinalados" pelo nosso direito familiar.

Entendemos que há necessidade imediata de medidas legislativas que, corrigindo o direito, o atualizem, tornando-o contributivo ao aprimoramento das gerações. SOMOS FAVORÁVEIS À DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO APÓS 1 (UM) ANO DE SEPARAÇÃO DE FATO. Quanto maior for o tempo legal e exigido para a dissolução, mais amplo será o estímulo da Lei ao adultério e à prostituição.

Considerando enfim, que o divórcio é necessário para os casais que necessitam dele, concluímos com as palavras de J.V. Castelo Branco Rocha, em sua "A Crise da Família Moderna": —

"A indissolubilidade do casamento é um mal. Um mal que o Estado moderno não deveria infligir às criaturas. O que

o Estado pode e deve fazer, como vem fazendo realmente em muitos países do mundo civilizado, é controlar o divórcio, regulamentá-lo no interesse dos indivíduos e da sociedade. Isto não me impede de dizer que o casamento indissolúvel seria o ideal, se não fossem as vicissitudes que perseguem o matrimônio. Realmente acontece, que este ideal nem sempre se pode concretizar. Por parte do marido ou da mulher pode ter havido erro, em relação ao caráter de seu cônjuge. Grandes dissentimentos, as vezes torna impossível a vida conjugal. Em tal caso, não há vantagem alguma na conservação do matrimônio, nem para os cônjuges, nem para os filhos, que podem sofrer cruelmente e correm o risco de receber péssima educação em uma família desunida. Nesses casos, o divórcio é a solução indicada. O divórcio, é portanto, um mal necessário. Pior do que o divórcio é o desquite. E melhor infinitamente melhor do que o divórcio é a união conjugal, com a paz e o amor dentro do lar".

Requeremos, Sr. Presidente, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Senador Nelson Carneiro e ao Deputado Federal Rubem Dourado, hipotecando solidariedade ao trabalho daqueles Parlamentares na modificação do parágrafo primeiro do artigo 175 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 69, instaurando a dissolubilidade do casamento. Solicitamos também que seja anexado cópia fiel deste documento legislativo. Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o parágrafo segundo do artigo 20 da Constituição Estadual, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios do Interior, do seguinte pedido de informações:

a — Qual, em números exatos, o preço proposto pela Siemens do Brasil na concorrência que ganhou para a ampliação dos terminais telefônicos de Curitiba?

b — Qual a destinação dada ao material das centrais 22, 23 e 24, instalados pela Standard do Brasil?

Sala das Sessões, em maio de 1975

a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER: Seja o Deputado subscritor autorizado a representar a Assembleia Legislativa nas solenidades de aniversário da cidade de Mandaguari, nos dias 6 e 7 do corrente, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna para deixá-los a par da ocorrência existente na publicação da imprensa televisionada e escrita, em relação à ligeira anomalia com o atual Secretário de Educação.

Tivemos, de fato, uma pequena rusga com o Secretário, e ao analisarmos, quando vemos o Governo sensível e atento à causa da Educação paranaense, quando vemos um Secretário insensível, onde procura por um governinho dentro de um outro governo, queremos explicar a esta Casa e ao povo do Paraná, que nada temos contra S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de cuja equipe fazemos parte.

Mas temos uma denúncia grave a dizer ao povo do Paraná, que estamos ligeiramente magoados com S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, porque fazemos um paralelo ao ex-governo, quando tínhamos na Secretaria de Educação um titular sensível à causa da Educação paranaense, como era o nosso companheiro ex-colega Cândido Manoel Martins de Oliveira e tínhamos um governo sensível. Hoje, mudaram-se os planos e mudaram-se as posições: hoje, temos um governo com vontade de acertar, e temos um Secretário procurando tumultuar este Governo; procurando deixar marginalizados os Srs. Deputados, que lutam pelo Paraná e lutam pela sua gente.

Porisso, para dirimir dúvidas que aqui estamos, fazendo apologia do grande Secretário e de outros secretários, como foram o nosso colega Gabriel Sampaio e ex-colega Cândido Manoel Martins de Oliveira.

Hoje vemos um secretário enclausurado onde chama o Deputado e vai dando, paulatinamente, a solução sem solução; temos um governo atingido pela imprensa escrita e falada; e nós estamos aqui para neste momento, assumirmos a responsabilidade de nossos fatos, dizermos que estamos incondicionalmente com o governo de S. Exa. o Sr. Jayme Canet Junior. Mas estamos divergindo do seu secretário de Educação, porque quando fazemos um paralelo de Cândido, quando fazemos um paralelo de Gabriel Sampaio, vemos que a bancada da ARENA, apesar de ser uma minoria, mas que naquela época tinha o respaldo de todo o secretariado. E é por isso que nós estamos aqui para dirimir dúvidas.

Desafio o Sr. Secretário de Educação, que me pergunte qual é o governo que está fazendo.

Viremos a público, como estamos defendendo o ex-Secretário Cândido Martins de Oliveira, para dizer e provar ao Sr. Secretário de Educação que o Governador é sensível à causa pública, mas que S. Exa., Secretário, é insensível à vitória da ARENA, que está procurando ameaçar.

Cândido Martins de Oliveira foi o contrário. Era um candidato sensível aos interesses do povo, mas infelizmente tivemos um Governador insensível e vemos o que aconteceu nas últimas eleições.

Para que isso não aconteça é que chamamos a atenção de S. Exa. o Secretário de Educação, para que não cometa injustiça, porque estamos com o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, como estávamos com o Secretário Cândido Martins de Oliveira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lêndo): "Tem merecido de toda a imprensa brasileira, especial destaque a notícia da exoneração do Sr. Jayme Lerner, da Presidência da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Grande Rio de Janeiro.

Muito embora não seja o ex-prefeito ligado a meu partido, não posso deixar de identificar em S. Exa. a figura de homem público do Paraná. Homem público que saiu deste Estado, por iniciativa exclusiva do governo Faria Lima, e como tal, ante a expectativa da opinião pública brasileira, passou a ser encarado como verdadeiro representante do Paraná.

A bombástica expectativa que o Governo Faria Lima criou em torno da escolha do Sr. Jayme Lerner, motivou a opinião pública brasileira, e principalmente a brasileira, quando se soube que o agraciado fora um nosso conterrâneo. Deixar esta opinião sem uma versão oficial, não é apenas um menosprezo ao povo brasileiro, e até à própria imprensa, mais que isso, é ferir a hospitalidade e cavalheirismo do gentil e amável povo carioca, não afeito a tamanho ato de indelicadeza.

Demonstra, muito cedo o governo do Estado do Rio, o isolamento comum que existe entre os Governos **guindados** ao poder **não pela expressa manifestação do povo**, mas por um sistema cujos princípios orientadores pouco se importam com a opinião pública. Tais governos, com extraordinária propaganda, orientam e não deixam se orientar pelo povo.

Do episódio talvez se aproveite a lição, porque o Sr. Lerner também se deixou levar pelo mesmo sistema e muitas vezes não se sensibilizou com a mesma opinião pública dos curitibanos que, como governados, constituíam as parcelas de um produto que era o seu governo, e como tal, sensível ao povo.

Embora de direito, Sr. Presidente, não se possa exigir da administração Faria Lima a justificação do seu ato, entendemos que ao homem público é válido o **desagravo**.

Além do mais, a importância política e histórica da "Cidade Maravilhosa" — patrimônio de toda esta Nação, exige uma justificativa de ordem pública, não se comprazendo com razões talvez de fora do íntimo de um Governador despótico. Ver no ato exonerativo uma simples veleidade pessoal ferida, é raciocínio simplista e destituído de embasamento democrático. Por tais razões somos levados não a defender o Sr. Jayme Lerner, mas a exigir do Governo do Sr. Faria Lima, a necessária e protocolar explicação de tal atitude, para que não se faça dos homens públicos desta Nação, simples objetos que se experimentam e se jogam fora.

Como disse, Sr. Presidente, assumi esta tribuna, não para fazer a defesa do Sr. Jayme Lerner, embora reconheça a ele o direito que tem em fazê-la, mas para desagravar os homens públicos deste Estado, que ante o silêncio da punição recebida por um nosso conterrâneo, afeta a todos os paranaenses cônscios do que representam, para os destinos de qualquer povo, a popularidade e gama de liderança que seus homens públicos detêm.

Acredito carber à nossa imprensa — verdadeira porta-voz da nossa opinião pública — a cobrança da **JUSTIFICAÇÃO**, porque se exonerou tão precipitadamente o paranaense Jayme Lerner, a fim de que seus patrícios e também os brasileiros, possam formular o julgamento que todo homem público tem direito".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta Tribuna para apresentar um projeto de lei de nossa autoria a respeito do problema em que se encontram aqueles funcionários públicos enquadrados na Lei nº 5014, e que também não tenham alcançado aquelas modificações proporcionadas pelo Decreto nº 4.766.

O texto do nosso projeto é o seguinte: (Lê):

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 53/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a admitir,

sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, os servidores que, por excederem o limite máximo de idade estabelecido nos Decretos regulamentares nºs 4766, de 14 de dezembro de 1974, não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar, instituída pela Lei nº 6508, de 13 de dezembro de 1973.

Art. 2º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 6508, referida no corpo do projeto, objetivou instrumentar o Executivo para o trato com o pessoal eventual contratado, ao instituir a categoria de Pessoal Suplementar e estabelecer o respectivo regime jurídico.

Também para a grande maioria dos servidores enquadráveis nesta categoria, que são os chamados "recibados", foi benéfica a Lei, pois tiveram regularizada sua situação.

Todavia, uma minoria foi excluída do enquadramento que a Lei propiciou por força dos limites máximos de idade estabelecidos nos Decretos regulamentares, também referidos no corpo do projeto. Realmente, a fixação em 35 anos (Decreto nº 4766) ou em 45 anos (Decreto nº 5014) do máximo de idade para admissão na categoria, importou em excluir dos benefícios da Lei nº 6508 os "recibados" que, eventualmente, à época da entrada em vigor dos decretos regulamentares, haviam ultrapassado esse limite.

Fica configurado, assim, o objetivo salutar do presente projeto — eliminar uma injustiça, não deixar desassistidos servidores que, no todo, representam minoria, mas na realidade constituem um número elevado de pessoas.

Aproveitá-los sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho seria a maneira de reparar uma injustiça e atender às necessidades de servidores carentes de amparo".

Esse projeto que encaminhamos nesta Sessão, é justamente para se reparar um erro cometido, porque é difícil explicar a um cidadão deste Estado, em especial às serventes dos Grupos Escolares, que elas não têm o mesmo tratamento que as suas companheiras que pelo simples fato de terem alguns anos mais, ganham cinquenta por cento mais do que aquelas servidoras enquadradas no Departamento referido.

Tenho certeza que este projeto receberá dos Srs. Deputados das duas Bancadas o apoio necessário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrarmos no assunto que nos trouxe à tribuna, queremos nos congratular com a iniciativa oportuníssima do Deputado Nilso Sguarezi, que veio à esta tribuna, muito à vontade, com isenção de ânimo e insuspeição total mesmo, fazer a defesa do Sr. Jayme Lerner, injustiçado, humilhado, vilipendiado pela imprensa nacional.

Disse bem o Deputado em seu discurso, das injustiças, infâmias assacadas contra o ilustre homem público. O Deputado Sguarezi, pela feliz lembrança que teve, deve receber os cumprimentos desta Casa, por defender um homem à altura de Jayme Lerner.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na semana passada, há 6 dias precisamente, ocupei esta tribuna para rapidamente focalizar assunto do soja. Dissemos que iríamos a Paranaguá. De fato lá estivemos e aqui estamos com dados precisos, mais concretos, para dizer à Casa o que se passa com respeito ao volume enorme de soja que vai do interior em demanda ao Porto de Paranaguá, ao nosso Porto exportador.

Não temos estrutura suficiente para receber esse volume de soja que vai ao Porto de Paranaguá. A nossa preocupação vai um pouco além, porque no mês de junho deve se iniciar a safra de milho. Sabem os Srs. que os grãos não são embarcados com mau tempo; tanto o soja como o milho só podem ser embarcados sem chuva.

Os navios têm atrasado, o que dá motivação para o congestionamento seja maior. A capacidade do porto é de duzentas e cinquenta mil toneladas para a estocagem do soja.

Se não tivermos condições de fazermos com que o Governo Federal construa mais armazéns e silos em Paranaguá, o Porto entrará em colapso. Isso desgraçadamente virá mesmo que não queiramos que isso aconteça.

Destarte, Srs. Deputados, estamos enviando à Mesa um Requerimento, através do qual pedimos providências ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes, ao DPM, ao Governo do Estado, para que consigam equacionar o problema de forma como melhor lhes aprouver, dando, inclusive, condições para que o Porto de Paranaguá não entre em colapso. Se isto acontecer, será uma desgraça, de consequências imprevisíveis para o nosso Corredor de Exportação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados, apresentei um Requerimento à Casa pedindo diversas informações sobre o funcionamento do Departamento de Assistência Social da Assembléia Legislativa.

Após a apresentação desse requerimento fui abordado por alguns Deputados governistas, fui abordado, inclusive, por funcionários da Casa, que me disseram que os serviços da Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado, que atraía centenas e centenas de indigentes do interior em busca de atendimento através de seus representantes, vinha sendo prestado pela caridade de uma entidade particular.

O certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o meu Requerimento não foi respondido e tenho sérias dúvidas de que ele não será respondido em tempo algum. O que estou sentindo e percebendo é que não se pode tocar nas coisas ou na estrutura de qualquer órgão público, principalmente da Assembléia.

Sabemos que aqui existem mais de seiscentos funcionários a receber pelos cofres, da Assembléia Legislativa do Estado. Cada Deputado tem direito a três funcionários no gabinete. Eu tenho um, pago pela Assembléia, e outro pago dos meus subsídios.

Na sexta-feira passada quando eu encaminhava um doente mental para o serviço de triagem, um doente mental em estado adiantadíssimo que não poderia de forma alguma permanecer numa pensão nem sequer por cinco minutos, a Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado tomou providências, através de seu chefe, dizendo simplesmente: não há condições de internamento.

Eu fui pessoalmente ao Dr. José Carlos, um dos responsáveis pelo hospital Adauto Botelho e consegui internar, lá aquela pessoa, aquele doente mental que hoje está recebendo tratamento.

Hoje, às 8:00 horas da manhã, encaminhei uma cartinha ao Sr. Joel Henke, pedindo atendimento a um doente, o primeiro que apareceu no meu gabinete, a quem o chefe do Departamento de Assistência Social disse: leve a cartinha de volta ao Deputado, porque nós não atendemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a justiça tem que estar acima até do próprio direito! Eu lutarei até subjugando a perda do meu mandato, mas não vou admitir que patifarias se façam com o dinheiro público, principalmente porque aqui vim imbuído da melhor boa vontade em fazer justiça, em fazer com

que o dinheiro do povo do Paraná seja aplicado em benefício do próprio povo. É vergonhoso que venhamos aqui carreados pela vontade do povo, pela votação popular, e aqui cheguemos e sejamos subjugados por funcionários que não cumprem seus deveres, e acima de tudo, num desrespeito à força do mandato popular, que é o mandato de Deputado Estadual.

Este oe meu protesto.

Quero a resposta do meu requerimento, item por item.

Entrarei com um outro requerimento, que versará sobre o procedimento dos funcionários deste Legislativo. Faço isto revestido das prerrogativas que me são conferidas por lei, porque sou Deputado sem favor nenhum da estrutura política do Paraná, sou isto sim, Deputado pela escolha da votação popular.

Este o meu primeiro sinal de protesto, e ele fará uma caminhada, sem dúvida alguma, de uma tramitação até o final, até que se comece a responder, até que haja justiça com relação a estes acontecimentos que tantos e tantos prejuízos têm trazido à própria estrutura política do nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, nobres colegas.

Pretendia nesta oportunidade apenas fazer o registro das solenidades que marcaram o 21º aniversário do município de Alto Paraná, solenidades transcorridas ontem, quando o Sr. Agostinho Stephaneli, Prefeito Municipal daquela comunidade pela terceira vez pode, mais uma vez, dizer, em prestação de contas que fez publicamente, do quanto ele tem realizado e poderá realizar, para orgulho daqueles que constroem aquela cidade.

Não poderia deixar de referir-me também, ao pronunciamento feito pelo ilustre colega de bancada, Deputado Gabriel Manoel, com relação ao posicionamento político do Dr. Borsari Netto, Secretário de Educação e Cultura; falava o Deputado, da estranheza que causa a posição do Sr. Secretário, principalmente com relação a ele Deputado, das decisões tomadas em municípios de sua representação.

Nós queremos dizer ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, da nossa bancada, que acreditamos, até nos curvamos diante de suas palavras, de suas afirmativas, mas, também, devemos registrar aqui o nosso voto de confiança, mais uma vez, ao ex-Deputado Borsari Neto, que, no nosso entendimento, está procurando conduzir os destinos da Secretaria de Educação e Cultura, da melhor forma possível e o faz com dignidade, com denodo e com trabalho. Tenho recebido, fora do expediente, em minha casa, mais de um telefonema me comunicando aquela autoridade, de fatos ocorridos ou encontros marcados em que minha presença é solicitada, e faço este registro porque, pela vez primeira se nota isto, desde que estou aqui, funcionários do Sr. Borsari Neto são testemunhas do quanto tem trabalhado, do quanto tem se dedicado, do quanto tem estudado para conhecer bem a sua pasta e nós confiamos todos, não posso falar em nome da bancada da Arena, mas particularmente deixo aqui o meu testemunho que talvez seja de toda a bancada, da melhor intenção e dedicação do Sr. Borsari Neto em fazer uma grande administração frente à Secretaria de Educação e Cultura, aos quais se referiu nominalmente. Todos nós conhecemos, esperamos, acreditamos e confiamos, acima de tudo que Borsari Neto não faltarão ao dever, não faltarão ao compromisso assumido e à confiança que lhe dedicamos. Assim sendo, faço o registro e queremos dizer ao Sr. Gabriel Manoel que lamentamos a ocorrência, mas vimos mais uma vez pedir para que em oportunidades outras reconheça, em Borsari, o homem que possa errar, que pode errar, mas, da nossa bancada somos solidários bastante ao Secretário, para procurarmos juntos darmos soluções e procurarmos resolver os problemas desta ordem. Só assim é que procuramos conseguir que o Sr. Borsari Neto e o Sr. Governador do Estado possamos dar, ao Paraná, dias melhores. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, tem a palavra o Sr. Maurício Fruet, no Grande Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Diretório Municipal do MDB iniciou nesta sexta-feira última o 2º Ciclo de Estudos e Debates Políticos, com o pronunciamento do Presidente do MDB do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual Pedro Simon, concedendo, no sábado, uma Conferência do Senador Francisco Leite Chaves. O objetivo fundamental do 2º Ciclo de Estudos e Debates Políticos conseguido pelo MDB em Curitiba, estrapola a vida partidária da agremiação na Capital do Estado, porque o seu fundamental objetivo é de proporcionar à comunidade paranaense, aos políticos do MDB, aos políticos da Arena e, fundamentalmente, aqueles que não participam da vida política, noções esclarecimentos a respeito da atividade e da situação em que se encontram aqueles que procuram o restabelecimento da plena democracia neste País, em sua permanente batalha para alcançar este desiderato. O Ciclo de Estudos prossegue 6ª feira, com a palestra do Deputado Federal por Pernambuco, Fernando Lyra; no sábado, do Senador Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul; na outra 6ª feira, dia 16, estará na Capital do Estado o jornalista Carlos Chagas, diretor da sucursal do Estado de S. Paulo em Brasília.

No dia 17, o escritor, jornalista e sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, de São Paulo. No dia 23, o Deputado Federal por Rio Grande do Sul, Alceu Collares; e no dia 24, o Deputado Federal do Estado do Paraná, José de Alencar Furtado.

Nessa oportunidade, convido S. Exas. os Srs. Deputados da nossa bancada e da ARENA para participarem destas palestras e dos debates que ali são travados, no Auditório da Igreja N. S. de Guadalupe, no horário das 20,30 horas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias num aparte sobre o qual nós já nos referimos, o Deputado Enéas Faria fez alusão, da existência, existência esta, comprovada nos porões do Palácio Iguaçu, de milhares de livros impressos, durante o Governo Emílio Gomes, cujo pagamento ainda não foi efetuado, por sinal diga-se de passagem, livros de feitiço gráfico, de S. Exa. e que inclusive, em nosso entendimento, poderia como poderá, se não fosse a preocupação em louvar a um ex-chefe do Executivo Paranaense, poderia e poderá, redundar em propaganda positiva ao nosso Estado.

Na verdade, Srs. Deputados, muitos governos têm pautado a sua administração no que diz respeito à aplicação de recursos para fins publicitários, para fins de divulgação do nosso Estado, em louvações particulares. Isso, não é bom, isso, não traduz a justiça e a necessidade como realmente encaramos e entendemos, da promoção dos principais interesses do Estado do Paraná. Por esta razão preliminar, é que estamos encaminhando à apreciação desta Casa, um pedido de informações, dirigido a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, nos termos que seguem. (Lê):

“Senhor Presidente.

Considerando que os Poderes Públicos têm necessidade de divulgar os seus empreendimentos e de orientar a opinião pública em torno de problemas em equação;

Considerando que, para esse fim, os Poderes Públicos dispõem de verbas específicas, constantes dos orçamentos em cada exercício financeiro respectivo;

Considerando que essas verbas são distribuídas a empresas de publicidade e aos diversos veículos de comunicação de massa;

Considerando que semelhante distribuição deve obedecer a critérios de eficiência técnica e de idoneidade financeira, para que as campanhas projetadas alcancem suas metas de interesse coletivo;

Considerando que, no Estado do Paraná, esses critérios nem sempre foram atendidos;

Considerando que é tempo de impor-se diretriz sadia moralizadora, prática e rentável do ponto de vista do interesse público,

O Deputado abaixo assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais

REQUER

que, ouvido o plenário desta Casa, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Chefe do Poder Executivo Estadual o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

a — Quais as campanhas institucionais formuladas e realizadas durante o exercício financeiro de 1974?

b — Quais os órgãos que as conceberam e as patrocinaram?

c — Que outros tipos de publicidade e de divulgação e de propaganda foram levados a efeito no mesmo período?

d — Qual o volume global das verbas aplicadas em divulgação, publicidade e propaganda, com a discriminação por órgãos da administração pública estadual direta e indireta, inclusive autárquicas, sociedades de economia mista, etc?

e — Quais os critérios adotados para a formulação das campanhas e quais os fins em mira?

f — Tais objetivos foram alcançados?

g — Quais os critérios adotados na distribuição de verbas às agências de publicidade e propaganda e aos detentores dos órgãos de comunicação de massa?

h — Quais as agências de publicidade e propaganda e os órgãos de comunicação de massa beneficiados por esses critérios?

i — Qual o volume global das verbas de publicidade e propaganda para o exercício financeiro de 1975, com a discriminação dos órgãos de administração pública direta e indireta, autárquicas, sociedades de economia mista, etc., e o montante de verbas de que dispõem para esse fim?

j — Que campanhas institucionais estão sendo cogitadas para o ano de 1975? Com que fim?

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975”.

Sr. Presidente, o Governador de São Paulo verificou o problema surgido nesta área em governos anteriores.

Através do Secretário de Imprensa determinou a realização de concorrência pública, primeiramente com o objetivo de contratação de uma agência especializada em publicidade no Estado de São Paulo, objetivando com isto racionalizar não só a aplicação de recursos estaduais, mas principalmente atingir o grande público.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Concigo reconhecer V. Exa. da tribuna, Deputado Maurício Fruet, mais pela luminosidade de sua inteligência do que pela iluminação deste plenário.

Quero me valer do aparte para dizer a V. Exa. que me parece de grande utilidade a informação que V. Exa. pede neste momento, trazendo à colação o exemplo de São Paulo que me parece o mais democrático no que diz respeito à publicidade do Governo em relação às obras.

V. Exa. antecipadamente tem meu apoio a este requerimento e, ainda me valendo deste aparte, gostaria de acoplar ao seu pedido de informações um de minha autoria dirigido ao Sr. Secretário do Interior, ainda com relação à TELEPAR, indagando do dirigente daquela Pasta qual, em números exatos, o preço proposto pela Siemens do Brasil na licitação que ganhou para a conclusão dos terminais telefônicos de Curitiba. Também qual a destinação dada ao material das centrais 22, 23 e 24 instaladas pela Standard do Brasil.

V. Exa., Deputado Maurício Fruet, juntamente com outros deputados que tinham assento nesta Casa, na legislatura anterior, lembra perfeitamente da exposição que fez na época o Secretário de Viação e Obras Públicas, Osiris Stenghel Guimarães. E pelas informações prestadas a esta Casa pelo Secretário do Interior parece haver uma discrepância entre o que disse o então responsável pela TELEPAR e o que diz hoje o mesmo responsável pela TELEPAR.

Acredito que a Assembléia Legislativa vai cumprindo sua missão constitucional de fazer a fiscalização e o controle administrativo do Poder Executivo.

Só me resta, novamente, congratular-me com V. Exa. pela reiterada inteligência e pelo brilhantismo com que sempre se comporta na tribuna desta Assembléia. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a V. Exa. e digo que a recíproca é a mesma com relação ao seu aparte. Mesmo porque, nobre Deputado, esta Casa, na legislatura passada, preocupou-se, em determinado instante da vida parlamentar, com relação aos destinos administrativos que estavam sendo impostos à TELEPAR.

V. Exa., Deputado Luiz Roberto Soares, tem nosso total apoio ao pedido de informações que formulou e que será submetido, dentro de instantes, à consideração do Plenário. E o objetivo que V. Exa. propõe, recordando um fato episódico da vida parlamentar, é sobremaneira oportuno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este nosso pedido de informações tem apenas o caráter preliminar e visa prevenir quaisquer abusos do atual Governo nesse sentido.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Solicitados que fomos por companheiros vizinhos à minha cidade, da cidade de Ivaí, lá estivemos, sábado último, visitando esses nossos amigos e constatando, pessoalmente, o estado em que se encontra aquele grande município paranaense.

Vimos que as argumentações apresentadas por aqueles municípios no que concerne ao abandono de todas as estradas que demandam àquele município e que se encontram em estado de quase calamidade pública, vimos que aquelas argumentações procedem.

E para ilustrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que aquela Prefeitura, há dez dias passados teve a sua motoniveladora, a única que serve aos colonos, teve um dos seus pneus estourados. E o Prefeito Municipal, fazendo um esforço quase sobrenatural, percorrendo quase todas as entrâncias do Governo do Estado, não conseguiu, até o dia de ontem, um pneu para que aquela motoniveladora viesse a funcionar.

Srs. Deputados, verificamos, pessoalmente, que os colonos para escoamento de suas safras, fazem um mutirão, reunindo senhoras, crianças e amigos, enfim, toda a comunidade, para que possam levar suas safras ao centro do Município.

Nos locais onde existe condições de se fazer com que uma estrada tenha acesso, ela é feita à mão, enquanto o Governo do Estado, que é o "pai" dos nossos municípios, deveria assistir a todos os Municípios nas pessoas de seus prefeitos. E queremos apresentar nosso apoio às reivindicações justas apresentadas por aquele Chefe do Executivo que tenta, por todas as formas possíveis, levar alguma assistência a Ivaí. Verificamos, também, que onde não há condições de se fazer mutirão, como nos distritos de Bom Jardim do Sul, Saltim, São Roque, Cachoeirinha, Rio das Cinzas, Águas Paradas, Linha de São João e muitos outros, onde não existem condições mínimas de acesso. Onde vemos o trabalho árduo daqueles pequenos agricultores, devido às circunstâncias, ser levado por água abaixo. Todo trabalho de um ano, de uma família, todo trabalho anual de diversos pequenos agricultores, devido à falta de condições mínimas, fica perdido e perdida toda a colheita.

Verificamos, sábado e domingo, que alguma coisa imediata tem que ser feito no município de Ivaí. Sendo um dos principais municípios do Estado, grande produtor de feijão, é necessário que alguma coisa seja feita lá.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas pedi a palavra, interrompendo seu pronunciamento que, data vênica, é convincente e merecedor especialmente da parte deste Deputado, de uma atenção toda especial.

Mas, ilustre Deputado, o Prefeito de Ivaí, Prefeito Cominense, na semana passada esteve em Curitiba, na sexta-feira. Juntamente com este Deputado tratamos do problema de estradas daquele município. Posso assegurar, ilustre Deputado, que já foram dados os atendimentos reivindicados por aquele Prefeito. Tenho conhecimento, hoje, através do Prefeito de Ipiranga, município vizinho, de que o maquinário se encontra na BR, arrumando as estradas a que V. Exa. se referiu, a estrada de Ivaí a Cândido de Abreu e a de Imbituva a Ivaí. Inclusive, o Prefeito de Ivaí estava pessoalmente acompanhando os serviços. Portanto, para que V. Exa. tenha conhecimento, é que relato a V. Exa. esse fato e agradeço sua gentileza em me conceder o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradecendo o aparte do ilustre

Deputado Jurandir Messias, queríamos traduzir, então, em nome daqueles nossos companheiros, em nome da comunidade de Ivaí, onde ontem estivemos, dizendo que procuraríamos dentro desse nosso posicionamento, não como uma crítica ao governo, mas dizer, na realidade, o que ocorre naquele município.

Frisamos a atuação do atual Chefe do Executivo, de procurar dotar o município do amparo do Governo do Estado, mas não somente referente às estradas do município de Ivaí, com referente também à situação em que se encontra o município relatado. Nas escolas, isso nós constatamos, as professoras estão com diversos meses de atraso nos seus pagamentos, não por falta de operosidade do Prefeito, mas por falta de recursos, de amparo do Governo Federal. Soubemos, através de V. Exa., de que foi cortado ao município de Ivaí o Fundo Municipal. Foi cortada outra ajuda do Governo Federal e do próprio Governo do Estado ao município de Ivaí.

Queríamos, neste instante, solicitar ao ilustre Deputado Jurandir Messias que se quiser pode contar com nossa presença em todas as reivindicações justas àquele município e aos municípios circunvizinhos para que somemos nossos esforços a fim de que o Paraná saiba, principalmente o município de Ivaí, que nesta Casa representamos não um partido político, não uma idéia política, mas uma comunidade.

É somando esforços juntamente com as autoridades constituídas, com os Srs. Vereadores daquele município, com o Sr. Prefeito, com a comunidade toda e com os ilustres Deputados da Arena nesta Casa é que iremos transfigurar a situação em que se encontra todo o município.

O assunto que estamos abordando já o foi por outros Srs. Deputados da Arena com relação às estradas do Paraná todo. Há dias passados novamente, uma das vidas que mais contribuiu para o esporte "futebol de salão" no Paraná entra hoje nesta Casa através de um requerimento de ilustre colega nosso, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do conhecido Bispo, ocorrido na Rodovia do Café.

Com relação a este novo plano apresentado pela Secretaria dos Transportes do Paraná, plano esse que a ilustrada bancada da Arena teve a deferência de ter contacto direto com S. Exa. o Sr. Secretário, queríamos estender aos nossos ilustres colegas, em maneira de solicitação, para que nossas próximas estradas não fossem feitas com os mesmos erros que constatamos nas estradas construídas neste Estado.

Vemos, normalmente, em todas as curvas, a situação das pontes em nossas estradas. Não sei qual a engenharia, não sei qual o plano viário a ser aplicado, mas a total inoperância do Governo que passou e dos Governos passados com relação à construção das curvas de nível das estradas, e principalmente, das pontes em lombada fazem com que os acidentes, que ora constatamos, estejam se verificando cada dia que passa em maior número.

Foram erros dos mandatários passados, dos Secretários do

Transporte passados que não tiveram o devido cuidado e zelo para com a família do futuro, para com as nossas famílias, que tiveram vidas ceifadas em razão dessas estradas construídas com tantos erros. É pensando na família de nossos filhos é que procuramos, através deste alerta, fazer com que suas vidas não sejam ceifadas. A demanda viária do Paraná hoje é uma. Daqui a cinco ou dez anos será outra. Se não houver por parte da Secretaria dos Transportes um cuidado para a planificação de suas estradas e pontes, os acidentes continuarão a ocorrer. V. Exas. são testemunhas de que em todas as curvas de nossa Rodovia do Café, a estradas que demanda a Foz do Iguaçu, é que estão justamente as pontes.

O Paraná possui engenheiros altamente capacitados e se houver por parte do Governo do Estado e do Secretário dos Transportes um pouco de boa vontade na contração das estradas, temos certeza que não ocorrerão tantos acidentes como agora. Se o alerta que estamos fazendo, tenho certeza que não faltará o apoio por parte da Arena, ao Secretário dos Transportes, ao responsável do DNER no Paraná, ao Governo do Estado no que diz respeito à implantação de novas estradas para que esses erros gritantes sejam corrigidos. Tivemos nesta tribuna, diversos parlamentares da Arena, destacando entre eles, o Deputado Accioly Neto, argumentando sobre o sistema atual das estradas do Paraná.

Agora, com esta safra, hoje tratada nesta tribuna pelo nosso companheiro Nelson Buffara, chamamos a atenção dos Srs. Deputados desta Casa para as futuras safras; daqui a dez ou vinte anos novas safras, novo desenvolvimento, novo crescimento do Paraná, como irão ficar nossas estradas? Temos antes de planejar, antes de executar as obras fazer com que o futuro esteja acima das aspirações, de que a segurança esteja acima das obras para que não aconteça o que estamos vivendo nos dias de hoje. Cada família paranaense, cada família brasileira e nós que detemos mandatos eletivos estão com suas vistas voltadas para que alguma coisa concreta realmente seja feita.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. aborda um assunto bastante atual e semanalmente tratado nesta Casa. Gostaria de dizer que neste Paraná cometem-se absurdos, inclusive com relação às estradas; na estrada Ponta Grossa-Foz do Iguaçu temos as criminosas pontes que já levaram Deputados inclusive da ARENA, principalmente o Deputado Hermes Macedo, ao Congresso, inúmeras vezes, a discutir o assunto e é importante que se diga que o Governo Federal não poderá alegar falta de verba, pois que está no momento alargando, melhorando os acostamentos de toda essa estrada, e é interessante que não prestam atenção ao que aquele Deputado tem dito no Congresso Nacional. As pontes permanecem com uma série de placas "APENAS UMA VIA", e é impressionante como mais de 60 por cento dos acidentes que ocorrem na estrada Ponta Grossa-Foz do Iguaçu ocorram exatamente sobre as pontes, principalmente sobre as pontes criminosas do Rio Tibagi e Rio dos Patos, e lá nas proximidades de Guarapuava. E este Governo continua gastando dinheiro fazendo acostamentos, necessários é verdade, mas não tão prioritários como o alargamento daquelas pontes.

Isto nos faz até pensar que somos nós, a engenharia brasileira incapaz de conceber um projeto para alargar uma ponte.

Fica aqui o nosso protesto e o nosso alerta porque realmente o Congresso Nacional, através do Deputado Hermes Macedo, tem levantado sua voz e infelizmente não tem recebido o apoio dos tecnocratas do DNER, que continuam criminosamente mantendo pontes assassinas como estas.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado Deni Schwartz e concedo aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a gentileza de V. Exa., mas queria dizer que em parte concordo com V. Exa. em que as condições técnicas da Estrada do Café, a estrada que integrou o Norte ao Sul do Paraná, tem várias falhas, sem dúvida

alguma, mas, à época que foi construída as condições eram outras. Foi uma estrada que dignificou um Governo, porque, quando se falava em Norte, Sul do Paraná, quase que eram distinguidos como dois Estados distintos, era uma dificuldade vir do Norte para o Sul, perdia-se um dia de viagem para vir a Curitiba. Então a dificuldade para a construção daquela estrada foi enorme, foi muito grande. Hoje, consideramos tudo superado, que a estrada está superada, no entanto serviu muito ao Paraná e ainda está servindo. São necessários melhoramentos, sem dúvida, e para isto o Governo está empenhado, como V. Exa. tomou conhecimento, conversamos com o Ministro dos Transportes quando ele dizia da preocupação e dos entendimentos, dos acertos havidos junto ao DNER, com relação à construção do acostamento daquela Estrada; V. Exa. pode verificar os melhoramentos havidos já até à Serra de São Luiz do Purunã; verifica-se também a preocupação quanto à duplicação do trecho Paranaguá-Campo Largo, é intenção levá-la até Ponta Grossa. Não podemos deixar de reconhecer as dificuldades do Governo, na realização, àquela época, daquela estrada. Chegamos a perguntar ao Secretário dos Transportes o que ele achava da estrada Central do Paraná, se ela não estava superada, eis que havia sido começada há 25 anos atrás, portanto hoje se acha superada pois não possui bitola larga, ao que ele respondeu que há condições de duplicação, de se instalar no futuro, bitola larga mas agora deverá ser finalizada.

Então, este, o motivo das falhas técnicas que existem na Estrada do Café, mas, estamos vendo sair a Estrada BR-269, saindo de Campo Mourão a Cascavel, e o serviço de terraplenagem já, de Jandaia a Campo Mourão.

Enfim, o que queríamos dizer era que as falhas técnicas ocorrem, devido à época que foi construída.

Agradeço o aparte de V. Exa., mas queremos nos prender no nosso ponto de vista inicial, falávamos das falhas existentes nas atuais estradas construídas no Paraná, fazendo um alerta deste Poder que nós fazemos parte, como Deputados que somos, para que estes mesmos erros que V. Exas. concordam que existem, para que engenheiros relatados pelo nobre Deputado Deni Schwartz como construtores das pontes criminosas, não sejam construídas justamente em estradas mal compactadas, num sentido, de falhas como aquelas pontes de estrada de Ponta Grossa. Verificamos pessoalmente, porque quase semanalmente estamos trafegando por ela, e verificamos as inúmeras falhas técnicas, não por falta de capacidade mas pela morosidade do Governo da época, que queria entregar a estrada a qualquer maneira, fazendo com que ocorressem falhas, estradas fossem construídas sem o necessário sustentáculo, pontes sem os necessários alicerces e o que constatamos foram barreiras caídas, acostamentos chegando ao leito da estrada pela erosão e a total inoperosidade do Governo da época, não por falta de capacidade dos engenheiros, mas por justificativa unicamente de pressa de construção.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A preocupação hoje do Governo Federal, numa planificação, se inicia uma obra de 6 ou 5 anos e que seu sucessor deve dar continuidade, o que antigamente não acontecia, embora não possamos criticar, como o caso da BR-116, construída no tempo de Juscelino Kubitschek, mas a obra feita às pressas, mas era a preocupação de terminar no seu Governo, porque não sabia se outro ia terminar. Hoje não existe pressa, a obra tem que continuar. Isto é uma coisa que foi corrigida, para que não se faça cada Governo pensar no seu Governo e sim no seu Estado, no seu País. O nosso mandato passa e o outro deve continuar.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte. Concedo um aparte ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço a V. Exa., Deputado Luiz Carlos Zuk e quero me parabenizar com o seu brilhante pronunciamento que acaba de fazer nesta Casa. Porquanto, todos os problemas que foram trazidos no momento, e principal-

mente neste setor de estradas de rodagem e estradas asfaltadas, que nós também conhecemos, porque é de nossa região, o ilustre Deputado, tenha certeza, encontrará o apoio de nossa bancada e muito especialmente quando se trata do ilustre Deputado da região. Portanto, V. Exa. traz uma sugestão a esta Casa e nós o registramos com bastante satisfação e alegria, porquanto o ilustre Deputado se preocupa com o ser humano, com o ser cristão e nós não poderíamos, em hipótese alguma, nos poupar ou fugir desta responsabilidade, portanto, eu só queria que, se possível, V. Exa. esclarecesse no seu pronunciamento que muitas dessas estradas ou quase todas elas são da responsabilidade do DNER, foge à competência, completamente, do DER do Estado, consequentemente, nós e V. Exa. principalmente que ocupa a tribuna e nos traz este problema que é do nosso interesse de o interesse de todos os Srs. Deputados que nós também fizéssemos um movimento junto à esfera federal, para que viesse do Ministério de Brasília, aquela responsabilidade das pontes e dos acostamentos e de um modo geral dessas estradas que é focalizada pelo nosso pronunciamento nesta Casa. Muito obrigado e V. Exa. tenha certeza que sempre que V. Exa. traz a esta Casa este pronunciamento neste sentido, V. Exa. terá meu apoio.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Jurandir Messias e quero continuar fazendo com que aquele requerimento do dia de hoje, do ilustre Deputado Nelson Buffara, fosse referendado por esta Casa já no sentido de Zona de Paraná Agrícola. Faz aquele ilustre Deputado um apelo ao DNER para que estude os próximos escoamentos das próximas safras.

E nós, ligados mais ao interior do Paraná, mais ligados a uma região aonde não existe estradas. Como o nobre Deputado Jurandir Messias que também compartilha com a nossa representação política, dos municípios de Ivaí, e Cândido de Abreu, verificamos que naqueles municípios, em todos esses governos passados, fomos menos assistidos em matéria de estradas e principalmente, de escolas, para com os governos de antes, com o atual Jayme Canet. A agora, somados a uma nova filosofia de Governo, aonde vemos através das palavras dos ilustres Deputados da ARENA, de que uma planificação a longo prazo, de que uma construção bem feita, e principalmente, um estudo de viabilidade concernente aos atuais princípios que nós desenvolvemos, que é princípio de ordem e segurança, vemos que de aquela precipitação de governos passados, em fazer com que seus trabalhos se perpetue em obras inacabadas, como esta relatada pelo ilustre Deputado Gilberto Carvalho, a Estrada de Ferro Central do Paraná, que não tem, que não tem a mínima condição, até o dia de hoje, de um tráfego nem inaugural, vemos de que de agora em diante, o Governo alertado pela vontade popular, que ascendeu em toda a Nação brasileira, um maior número dos Srs. representantes do partido que lhe fazia oposição, viu com que a Nação brasileira, o Estado do Paraná, tinha que ter um melhor tratamento.

E esta demonstração, de que as obras a serem iniciadas neste atual período governamental, faz com que alguma coisa concreta e objetiva seja realmente feita, para que nós do MDB possamos nos sentir, naquela total responsabilidade de alguma coisa efetiva, ter a nossa participação de presença, neste Plenário, como nos plenários de todas as Casas Legislativas deste País. Vemos de que esta ascensão em número dos Srs. representantes do M. D.B., faz com que o atual governo seja mais responsável, seja mais coerente para com a atual situação através das próprias palavras dos ilustres representantes da ARENA.

E nós, só temos uma coisa, nos parabenizarmos com o atual Governo, de que, de agora em diante, a responsabilidade continua na construção de vossa bancada, como de nossa própria, que sejam mais coesas e acima de tudo mais humanas no sentido de futuro, no curso de nossas novas gerações. E ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diríamos o que iremos fazer no dia de

amanhã, entrarmos nesta Casa com um requerimento, mesmo sabendo de antemão das totais preocupações do Governo do Estado em demanda ao município de Ivaí, entraremos com um requerimento pedindo ainda maior colaboração do Governo do Estado, para que com aqueles municípios desassistidos por parte do Governo até o dia de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, depois do pronunciamento do nosso eminente Deputado, colega Gabriel Manoel, vejo-me na obrigação de vir à Tribuna, até um pouco constrangido, e dizer de que uma administração nós poderemos dividi-la em dois aspectos.

A administração propriamente dita, feita por um Governo, por um secretário de Estado que muitas vezes satisfaz o interesse geral de uma coletividade e de um Estado e muitas vezes até desagrada alguns problemas pessoais e vejo no momento que é o caso que poderia, como aconteceu com ele, ter acontecido comigo.

Vejo que o nosso Secretário de Educação e Cultura ao assumir aquela Secretaria vem trabalhando com zelo, e com dignidade e com toda a lealdade, dando tudo de si para poder manter em dia e bem desempenhar aquela árdua missão.

Acho que vem se desincumbindo bem em seu trabalho. Houve aí uma contrariedade de nosso companheiro quando o Secretário escolheu um auxiliar seu, mas é um direito de um administrador escolher seus auxiliares. Poderia ter escolhido na minha região, um adversário público meu. É o que vem contrariando o eminente Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com todo o respeito que tenho por V. Exa. queria que V. Exa. parasse um pouco para pensar quando fala em interesse pessoal. O interesse não é pessoal meu porque graças a Deus, sem a ajuda deste Deputado, sem a ajuda do sistema do Governo, tive a satisfação de ser o mais votado em minha região. O meu interesse é o de minha região, dos dezesseis ou dezessete Prefeitos que tenho a honra de representar nesta Casa. Peço, para que não faça mau juízo de V. Exa. quando procura defender o Sr. Secretário, que não fale em interesse pessoal. Na euforia de defender o Secretário, V. Exa. joga uma peça num colega seu, quando fala em interesse pessoal. Meu interesse está fora da área da política. O interesse pessoal que tenho é o que deve ter o atual Secretário de Educação, é o que deve ter V. Exa., que é o da sobrevivência da ARENA. Não é interesse pessoal, se venho a esta tribuna...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não sei se V. Exa. entendeu bem.

O SR. GABRIEL MANOEL — O único interesse pessoal que tenho dentro do espírito arenista é defender o meu partido, defender o povo do Paraná. V. Exa. levou para outro lado, querendo denegrir um colega seu.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Só para esclarecer.

O SR. GABRIEL MANOEL — Por favor retire esta parte de interesse pessoal porque meu interesse pessoal é com minha família, com meu Estado, com meu Povo. Carreamos, graças a Deus, para esta Assembléia, cinco ou seis mil votos, o que não conseguiram outros Deputados protegidos pelo atual Secretário. Por isso quero pedir neste instante que retire por favor a expressão interesse pessoal, para que não faça mau juízo de V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Creio que V. Exa. não entendeu o que quis dizer e quero esclarecer este ponto. Não quis dizer interesse pessoal, mas caso pessoal que poderia ter acontecido não só com V. Exa., mas com qualquer deputado nes-

ta Casa, caso fosse escolhido um auxiliar em minha região, e que fosse meu adversário político. Seria um caso pessoal meu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Trago para esta Casa cinco mil votos sem a ajuda do Governo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Isto haverá de ser corrigido e quis prestar este esclarecimento, quero que V. Exa. entenda que não é interesse pessoal, e sim, caso pessoal, O que é muito diferente.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Carvalho, gostaria de dizer que é profundamente lamentável o espetáculo que assistimos na tarde de hoje.

Entendo que os homens públicos devem ser julgados por sua probidade e assistência administrativa. Todo e qualquer cidadão que detém um mandato, deverá ser julgado por seus atos.

O ex-Deputado Borsari Netto, atual Secretário da Educação e Cultura, merece o respeito da bancada do MDB. Não somos seus advogados incondicionais, não fazemos adoção. Somos homens da Oposição. Mas, julgamos o ex-Deputado Borsari Netto com relação aos atos que ele praticar sobre a educação do Paraná.

Mas, gostaria de dizer que o ex-Deputado Borsari Netto pegou uma Secretaria viciada e viciosa. Há muito que ser feito na Educação do Paraná. E entendemos — pessoalmente — até que ele consiga solucionar todos os problemas que existem. Não creio que tenha sucesso — não por lhe faltarem condições pessoais — na Secretaria da Educação. Acredito mesmo que a Secretaria de Educação está a merecer uma Comissão parlamentar de inquérito, tantas as barbaridades que se praticaram no ensino do Estado.

Agora, pediria à bancada que V. Exa. representa que colabore com o MDB para dignificar o Paraná. Os problemas de partidos devem ser tratados nos gabinetes, porque não estamos aqui para analisar problemas pessoais.

Muito Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO. — Agradeço o aparte de V. Exa.

que veio ao encontro daquilo que falava há poucos instantes, sobre problemas de ordem administrativas. Porque, sabemos da grande responsabilidade e das obrigações de quem dirige uma das secretarias mais difíceis do Estado. Acreditamos que o Sr. Secretário da Educação não vai conseguir consertar muita coisa. Mas acreditamos no entusiasmo desse Secretário que às 7 horas já está na Secretaria e, às 23, ainda lá se encontram, que veio a esta Casa para dialogar com os Deputados, dialogar pedindo apoio, respondeu nossas perguntas, e demonstrou a necessidade, o interesse e o valor que tem aquele Secretário e, por isso, precisa de nosso apoio. Vim aqui, neste momento, para fazer justamente esse apelo: é preciso que se dê um crédito de confiança ao governo que se inicia.

Vamos ver seu trabalho primeiramente.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nesse aparte que dou a V. Exa. não pretendo tirar nenhum rendimento pessoal e muito menos denegrir ninguém. Está sendo acusado nesta Casa o ex-Deputado Borsari Netto e o Paraná conhece a figura deste homem. Um homem de bem, um homem digno, um homem honrado, um homem inteligente, que já demonstrou nesta Casa sua capacidade e inteligência.

Esta Casa conhece o ex-Deputado e atual Secretário Francisco Borsari Netto. Um homem que está só pensando na educação no Paraná e tenho certeza que a Assembléia Legislativa o está apoiando porque a Assembléia Legislativa do Paraná, como já foi manifestado nesta tarde, pensa em educação no Paraná e, em pensando em educação no Paraná, está pensando em Francisco Borsari Netto.

S. Exa. diuturnamente está na Secretaria. Às 7 horas da manhã já está trabalhando e só sai de lá altas da noite, pensando

única e exclusivamente na educação, pensando nos problemas educacionais.

É lamentável que hoje, nesta Assembléia, um Deputado que é nosso amigo, de nosso Partido, venha tecer considerações desairosas à pessoa desse grande paranaense, desse grande Secretário, que já foi um grande Deputado nesta Casa, que é o Deputado Francisco Borsari Netto. Mas uma vez cumprimento o Sr. Governador do Paraná, Sr. Jayme Canet Junior, por ter colocado naquele posto um homem dessa envergadura, um homem de bem, um homem digno, um homem que só está pensando, como disse nos problemas educacionais, um homem dedicado e, tenho certeza, de que esta Assembléia apoia homens dessa envergadura. Por isso, prezado Deputado estamos apoiando a figura ilustre, digna e honrada do atual Secretário Francisco Borsari Netto.

Cumprimento mais uma vez, como disse anteriormente, o Governador Jayme Canet, por ter colocado naquela pasta, essa figura ilustre e brilhante de Francisco Borsari Netto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, ouvi com bastante atenção as palavras de V. Exa. em torno do pronunciamento feito anteriormente no Pequeno Expediente por um Deputado da bancada da ARENA. E ao ouvir sua explicação e ao lembrar também o que disseram esses Deputados a propósito da gestão do Secretário Borsari Netto, parece que começo a entender que para alguns a História não tem nenhum significado. Mas, eu tenho a convicção e a certeza de que se a História para nada servisse, serviria, ao menos, para impedir que cometêssemos os mesmos erros do passado.

Não acredito na sinceridade de propósito daqueles que fazem uma crítica fácil, a crítica não construtiva. Não me parece, nisto dou razão ao Deputado Osvaldo Macedo, que assuntos de economia doméstica que devem ficar no âmbito de seu Partido venham a ser tratados mesquinamente num Parlamento que foi eleito para tratar de assuntos mais importantes.

Ao pedir este aparte a V. Exa. o faço para que pela omissão da palavra não ficasse a minha solidariedade a este comportamento, a todos os títulos reprovável, e ficasse consignado, também, meu aplauso a V. Exa. e minha certeza de que a expressão que usou para definir seu comportamento, a de interesse pessoal, é a verdadeira.

Este o aparte que tinha a dar a V. Exa., Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte a V. Exa. e quero pedir ao eminente Deputado Gabriel Manoel que reconsidere e não leve assim como qualquer ofensa de nossa parte a nossa presença nesta tribuna.

Por tres motivos deveria vir a esta tribuna no dia de hoje.

Em primeiro lugar por ter a obrigação de apoiar ou não aquilo que se falou, porquanto a pedido de nosso líder estou a acompanhar os trabalhos desta Casa.

Em segundo lugar por conhecermos o Secretário de Educação, seu trabalho, seu dinamismo a sua vontade de acertar e de atender não somente a parte administrativa, mas a classe política toda, todos os Deputados que representam, cada um, sua região. Quando um Deputado vai à Secretaria de Educação vai em busca de alguma coisa em favor de sua região.

Em terceiro lugar porque eu que já ocupei uma função executiva, tive a oportunidade de dizer ao Governador Jayme Canet Junior, antes que indicasse seu secretariado, que quando assumi a Prefeitura de um município do interior, me reuni com todos os Vereadores e me coloquei à disposição de todos eles para as obras de interesse de cada um de seus bairros...

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que está está esgotada a Hora do Expediente. Entretanto, concedo mais dois minutos para que termine o seu discurso.

QSR. GILBERTO CARVALHO — ...e que tudo aquilo que fosse de interesse do Município estaria lá para atender aos Srs. Vereadores, mas que fazia um apelo aos Srs. Vereadores que

deixasse que escolhesse o quadro de funcionários porque queria assumir a responsabilidade na escolha dos funcionários. Entretanto, reservava o direito de cada Vereador criticar aquele que não estivesse desempenhando a contento as suas funções. Assim fez o Sr. Governador escolhendo seus Secretários e os Secretários escolhendo os seus auxiliares. Não deu tempo para o desempenho de suas funções.

É preciso que se dê o tempo necessário.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Queria primeiramente diremír dúvidas quanto ao pronunciamento oferecido em aparte, do meu querido amigo Deputado Fabiano Braga Côrtes, que, nós aqui não atacamos a pessoa de Borsari Netto, pessoa que lutou junto conosco nesta Casa, e de quem fazemos apologia, em torno do seu nome, não fizemos isto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu queria, dado o tempo esgotado, ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) —

Sr. Presidente, requeiro que V. Exa. lembre que, de acordo com o Regimento Interno, o prazo do Grande Expediente está esgotado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Já houve o comunicado, faltam apenas 2 minutos para que o prazo se extingua.

Somente eu sugeriria ao nobre Deputado, que casos como este sejam levados diretamente a cada Secretário, para evitarmos acontecimento como estes que assistimos hoje nesta Casa, neste plenário. Muito obrigado. Senhores Deputados que me ofereceram apertes colaborando com o meu pronunciamento.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna. Necessita de apoio.—
Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 26/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 198/74, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa e Catanduvas, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/71, de autoria do Dep. Paulo Póli, que revoga a Resolução nº 25/68, de 18 de dezembro de 1968, que autorizou realização de Plebiscito para criação do município de Francisco Alves. Parecer favorável da C.C.J. — **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Com referência a este projeto, no encaminhamento da votação, queria fazer um apelo aos Srs. Deputados no sentido de que votem pela rejeição do projeto, em vista do município de Francisco Alves já ter sido criado.

Portanto, não se justifica mais qualquer medida nesse sentido. Se o município já está criado há bastante tempo, como é do conhecimento de todo o Paraná, então solicitaria que os Srs. Deputados rejeitassem o projeto.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **REJEITADO.**

2ª DISCUSSÃO — do projeto de lei nº 226/73, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que estende os efeitos do artigo 3º da Lei nº 6156, de 02/10/70, aos demais cargos de nível universitário do quadro próprio do pessoal do DER, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, pelo mesmo motivo do projeto de lei anterior, solicitei a palavra para encaminhamento da votação deste projeto de Lei nº 226/73, de autoria do eminente Deputado Olavo Ferreira, cujo projeto estende os benefícios do artigo 3º da Lei nº 2151, de 02 de outubro de 1970, aos funcionários de nível universitário do DER.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **REJEITADO.**

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela Ordem).

Sr. Presidente, quer me parecer que não conferiu a aprovação com a rejeição, do Projeto de Lei nº 226/73. Eu Requeria verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa considera a matéria vencida e já colocou em discussão e votação o ante-projeto de lei, mas por grande liberalidade da Mesa, como se trata de assunto vencido, este projeto trata do curso universitário que antigamente era só os engenheiros ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — É liberalidade da Mesa, Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. os que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. A Mesa tem o prazer de comunicar o empate de votação e decide também com muito prazer para que esta idéia não tenha, não receba um puxão de orelha do Executivo, tem o prazer de votar favoravelmente.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 230/73. Existe a este projeto, requerimento do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, vasado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, osretorno às Comissões Técnicas do Projeto de Lei nº 230/73, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, devido o prolongado andamento do mesmo, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO”.

O projeto é de fato, de 73, e se refere à anistia de multas da Fazenda Estadual. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão.
Aprovado o requerimento.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 29/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 03/75, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, naquelas comunas. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/75**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados em 25 de novembro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Floresta, Palmital, Porto Rico e Tamboara, Terra Rica, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

IVAN RÜPPEL - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 01/75****PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 03/75**

I - oriunda da Mensagem Governamental nº 01/75, a presente Proposição visa aprovar o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança e de Viação e Obras Públicas, com as Prefeituras Municipais de Floresta, Palmital, Porto Rico, Tamboara e Terra Rica, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos municípios.

II - Firmar convênios à atribuição do Sr. Governador conforme o que determina a Constituição Estadual, em seu artigo 47, item IX, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III - Assim sendo, e estando o plano de acordo, sem qualquer implicação de ordem legal ou constitucional, manifestamos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

RELATOR - IVAN RÜPPEL -

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 30/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 05/75, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde Pública e os órgãos federais, que especifica. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovados os seguintes convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e os órgãos federais que especifica:

I - Em 14 de junho de 1974, com a Universidade Federal do Paraná - Faculdade Federal de Medicina (Clínica Ginecológica), visando a implantação do Programa de Controle do Câncer.

II - Em 5 de agosto de 1974, com o Ministério da Saúde, objetivando desenvolver atividades na área da alimentação e nutrição (PRONAM).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLU NETTO - Presidente

IVAN RÜPPEL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 03/75****PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 05/75**

I - A presente Proposição oriunda da Mensagem Governamental nº 03/75, encaminha para os fins constitucionais cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e os órgãos federais que especifica.

II - Conforme determina a Constituição do Estado, firmar convênios e atribuições exclusiva do Sr. Governador, razão pela qual julgamos a iniciativa em estudo em condições legais e constitucionais, para livre tramitação nesta Casa de Leis.

III - Pelo exposto, oferecemos nosso parecer pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

IVAN RÜPPEL - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 31/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Boa Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovados os termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com o município de Boa Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

DÁCIO LEONEL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/75**

A presente proposição referente à Mensagem 04/75 do

Poder Executivo, encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com o Município de Boa Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município, sob o aspecto constitucional e formal, acha-se conforme.

Desta forma, opinamos pela aprovação da Propositura nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/74, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo Cidade de Alto Paraná. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 156/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo de Alto Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1974.

FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de Lei, contamos com a aprovação dos Nobres Pares, visto o pretendido, que é, declarar de utilidade pública, uma entidade com conotações sócio — religiosa, prestando assistência social aos menos favorecidos.

Anexo, ao presente, os Estatutos e outros documentos, o que virá evidenciar a pretensão deste Deputado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 156/74

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, tem como objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na cidade de Alto Paraná.

Examinado o Projeto, bem como a documentação que o acompanha, podemos verificar que os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do Projeto pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO — Presidente

a) DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 174/74, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Lar São Vicente de Paulo, na Cidade de Cornélio Procopio. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 174/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade LAR SÃO VICENTE DE PAULO, da cidade de Cornélio Procopio.

Artigo 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1974.

a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo, com sede administrativa na cidade de Cornélio Procopio, é uma sociedade beneficente que se destina a prestar assistência a menores de ambos os sexos, sem distinção de classe, raça ou religião. O referido Lar, vem através de magnífica administração, mantendo as suas próprias expensas, internamento gratuito para menores desamparados. Reconhecendo os relevantes serviços prestados a toda região, a Câmara Municipal de Cornélio Procopio, já a reconheceu como de Utilidade Pública, no âmbito Municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, tem por objetivo declarar de utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na cidade de Cornélio Procopio.

Examinando o projeto, bem como a documentação que o acompanha, podemos verificar que os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladoras da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do mesmo, pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO — Presidente

a) DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 197/74, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de Utilidade Pública, a Escola Estadual de Equitação Sociedade Civil, com sede nesta Capital. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. — Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

PROJETO DE LEI Nº 197/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a “ESCOLA ESTADUAL DE EQUITAÇÃO — SOCIEDADE CIVIL”, com sede em Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1974.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

O Projeto que ora estamos submetendo à apreciação dos Senhores Deputados está claramente justificado conforme exposição de motivos anexa ao processo, aonde se verifica o objetivo principal da “Escola” é o desenvolvimento do desporto equestre, assim como permitir que todos os cidadãos interessados tenham condições de aprimorar um estudo dos Grandes Animais, com pesquisa e prática junto aos mesmos, na Escola Estadual de Equitação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 197/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “Escola Estadual de Equitação — Sociedade Civil”, com sede nesta Capital.

Ao que pese as intensões do autor do Projeto e a justificativa apresentada, no nosso entender, tal plano de lei, não se enquadra dentro dos requisitos legais. Ou senão vejamos, prevê a Legislação Federal que as sociedades civis e as fundações constituídas no País, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente a coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que se constituiu no País;
- b) que tem personalidade jurídica;
- c) que esteve em efetivo e contínuo funcionamento, nos três anos imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos;
- d) que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatórios — circunstanciados dos três anos de exercício anterior à formulação do pedido, promove a educação ou exerce atividade de pesquisa científica, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente;

e) que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Prevê ainda, o Decreto nº 50.517, de 02/05/61, que regulamentou a Lei Federal nº 91 de 28/08/35, que a falta de qualquer dos requisitos acima enumerados, importará no arquivamento do processo.

Examinando-se o contrato social da Escola Estadual de Equitação — Sociedade Civil, que acompanha o processo, deparemos que a mesma não se adapta dentro de alguns dos requisitos essenciais, exigidos pela Legislação Federal, acima citados, principalmente, com relação à cláusula Décima-Primeira, que preceitua — A TÍTULO DE PRÓ-LABORE E POR CONTA DAS DESPESAS GERAIS DA SOCIEDADE, OS SÓCIOS RETIRARÃO, MENSALMENTE, UMA QUANTIA A SER FIRMADA DE COMUM ACORDO E DENTRO DOS LIMITES PREVISTOS EM LEI”.

Isto exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº 197/74 e, consequentemente, opinamos pela rejeição do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DENI SCHWARTZ — Relator

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se. — **REJEITADO.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 27/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 15/75, que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1977, de efeitos da Lei nº 6.547 de 6 de JULHO DE 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 27/75

ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 15/75

Curitiba, 24 de março de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar, até 30 de junho de mil novecentos e setenta e sete, os efeitos da Lei nº 6.547, de 6 de junho de 1974.

Através da Lei nº 6.547/74, foi suspensa, até 30 de junho do corrente ano, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6º, no número 1 do artigo 14, e no parágrafo 2º do artigo 52, da Lei nº 6.417, de 4 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP) para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado PAULO CAMARGO
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os Órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por mais algum tempo continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação poderá perder direito à percepção de remuneração. Assim sendo, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, prorrogando por mais dois anos os efeitos da lei nº 6.547/74, a fim de permitir que Policiais Militares continuem colaborando com a Polícia Civil, até que esta venha contar com um quadro de pessoal que atenda plenamente às suas reais finalidades.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI Nº 27/75

Art. 1º — Ficam prorrogados até 30 de junho de mil novecentos e setenta e sete, os efeitos da Lei nº 6.547, de 5 de junho de 1974.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 27/75

SÚMULA: Dispõe sobre a prorrogação, até 30 de junho de 1977, dos efeitos da Lei nº 6.547, de 5 de junho de 1974.
AUTOR: Poder Executivo – Mensagem 15/75.

1 – Acentuando ser oportuno e consultar plenamente aos superiores interesses da Administração, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 15/75, encaminha à deliberação desta Assembléia Legislativa, anteprojeto de Lei segundo o qual “ficam prorrogados até 30 de junho de 1977, os efeitos da Lei 6.547, de 5 de junho de 1974” (Art. 1º).

2 – Alega-se, na referida Mensagem, em justificativa, que pela Lei nº 6.547/74, ficou suspensa, até 30 de junho do corrente ano, a aplicação das restrições de remuneração previstas no art. 6º, 2), art. 14,1) e art. 52, § 2º, da Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973, para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Carcereiro, Chefe de Circunscrição Regional de Trânsito, Cargos em Comissão no Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública e Cargos em Comissão no Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Segurança Pública, todas como se vê fora da corporação.

Com efeito, a Lei nº 6.417, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, suspende temporariamente o direito à percepção do soldo quando o militar estiver “em licença para exercer atividades ou funções estranhas à PMEP, em efetivo exercício de cargo público civil, temporário e não eletivo, ou em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção” (art. 6º, número 2).

Da mesma forma, tal Lei suspende também o pagamento de gratificação (art. 14, nº 1), bem como da indenização de moradia, as quais faz jus o policial (art. 52, § 2º).

Em face desse rigor e porque a imediata aplicação da Lei determinaria, literalmente, um colapso nas atividades da Polícia Civil, que até hoje se ressentia de ter Quadro Próprio de Pessoal à altura de suas necessidades, o então Governador do Estado Emílio Gomes, através da Mensagem nº 8/74, que se transformou no Projeto de Lei nº 14/74, pediu fosse suspensa a vigência das disposições que impediam a colaboração imperiosa dos integrantes da PMEP.

Da aprovação do mencionado Projeto surgiu, então, a Lei nº 6.547/74, cuja íntegra é a seguinte:

“Art. 1º – Fica suspensa, até trinta de junho de um mil novecentos e setenta e cinco, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do art. 6º, no número 1 do artigo 14, e no § 2º, do artigo 52, da Lei nº 6.417, de 3.7.73 (CÓDIGO DE VENCIMENTOS DA PMEP), para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções seguintes:

- I – Delegado de Polícia;
- II – Escrivão de Polícia;
- III – Carcereiro;
- IV – Chefe de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN);
- V – Cargos em Comissão no Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública (CISESP), e
- VI – Cargos em Comissão no Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Segurança Pública.

§ 1º – Os policiais-militares de que trata este artigo, para efeito de cálculo de vencimentos, são considerados como no efetivo de funções da própria Corporação.

§ 2º – Os policiais-militares de que trata este artigo não receberão outras importâncias dos cofres estaduais, a qualquer título, além dos vencimentos de que trata o parágrafo anterior, ressalvado o direito de opção, quando ocupante de cargos em comissão.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1973, revogadas as disposições em contrário”.

3 – No Projeto de Lei em exame, o novo Chefe do Poder Executivo, de seu turno, observou que se propõe a medida “prorrogando por mais dois anos os efeitos da Lei número 6.547/74, acima transcrita, a fim de permitir que policiais militares continuem colaborando com a Polícia Civil”, para que esta não sofra o impacto de redução de seu contingente de pessoal e por isso não tenha condições de atender plenamente as suas reais necessidades.

Renova-se, a rigor, o mesmo quadro da Legislação passada, quando o ex-Governador Emílio Gomes, por primeiro, foi obrigado a solicitar que esta Assembléia adiasse a vigência de dispositivos da Lei nº 6.417.

4 – Indubitavelmente, ninguém melhor do que o Governador do Estado para saber e sentir os problemas da administração do Estado”.

No caso, o próprio Chefe do Poder Executivo proclama a oportunidade do Projeto, assinalando que este consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, consoante já se aludiu.

Nessas condições, o presente Projeto de Lei, porque atende aos interesses da administração, bem assim pela sua constitucionalidade (art. 47, XVI e I, da Constituição Estadual), deve merecer APROVAÇÃO desta Comissão, pelo que meu parecer é nesse sentido.

Sala das Reuniões, em 9 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente e Relator

Deferido pedido de VISTA

Do Sr. Dep. Deni Schwartz,

de acordo com o Art. 60, §

8, do Regimento Interno.

Em 9 de abril de 1975.

a) Accioly Neto - Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 27/75

O Chefe do Poder Executivo Estadual, através da Mensagem nº 15/75, encaminhou a esta Casa de Lei, o presente Projeto que objetiva prorrogar até 30/06/77, os efeitos da Lei nº 6.547 de 05 de junho de 1974.

Em sua justificativa, o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, informa que a medida ora proposta além de ser oportuna, consulta plenamente aos superiores interesses da administração, visto que irá ensejar condições aos Órgãos da Polícia Civil do Estado, para que estes possam, por mais algum tempo, contar com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

Efetivamente, a Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais, o policial militar quando em exercício de funções fora da corporação, poderá perder direito à percepção de remuneração.

A medida sobre ser justa e necessária, tem como escopo, sanar séria lacuna no contingente de pessoal da polícia civil, permitindo que policiais militares continuem colaborando com os órgãos de Segurança Civil, até que sejam reestruturados os quadros de pessoal, para atender plenamente suas reais finalidades.

No âmbito desta Comissão, o referido Plano de Lei que já obteve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, está conforme a nossa Carta Magna, devendo de consequência merecer nossa aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1975.

a) ARAGÃO DE MATOS LEÃO FILHO – Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osires Saparolli Paquete. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Vejo o Deputado Dácio Leonel apresentando voto de pesar pelo passamento do Sr. Osires Paquete.

Porisso venho à tribuna, para render minha homenagem ao Deputado que o apresentou. E para também pedir-lhe a gentileza de permitir que o nosso nome fosse juntado ao seu, neste requerimento. É que conhecemos muito de perto Osires Saparolli Paquete, quando começamos a nossa vida na imprensa desta Capital.

Convivemos por muitos anos com Osires Saparolli Paquete, e foi com profundo pesar que soubemos hoje da sua trágica e até estúpida morte.

E é porisso que nós, aproveitamos a ocasião para fazer nosso também, o pesar demonstrado pelo Deputado Dácio Leonel, e para dizer que a imprensa de todo o Paraná está chorando pela morte deste grande companheiro, deste grande amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei número 32/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando autorização para representar esta Casa, nas solenidades de aniversário da cidade de Mandaguari, nos dias 6 e 7, do corrente, sem ônus para o Poder Legislativo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Luiz Vieira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando a pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Rancho Alegre e Uraí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Banco do Estado do Paraná, objetivando a instalação de uma agência do referido estabelecimento, na praça de São João. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de serem atendidos, com urgência, aos lavradores interessados na cultura do trigo. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando a instalação de uma agência daquele estabelecimento, no município de São João. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ovídio Franzoni, pela sua nomeação a Superintendência da Fundação de Assistência do Trabalhador Rural do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes ao Sr. Ministro dos Transportes, ao Governo do Estado, ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e à Administração do Porto de Paranaguá, consubstanciado em apelo àquelas autoridades, no sentido de regularizar a situação do Porto de Paranaguá, congestionado e ameaçado de entrar em colapso, pelo movimento ocasionado pela safra do soja e a falta de armazéns para estocar a mercadoria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Ribeiro de Macedo, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Senador Nelson Carneiro e ao Sr. Deputado Federal Rubem Dourado, hipotecando solidariedade ao trabalho daqueles Parlamentares, na modificação do parágrafo primeiro do artigo 175, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, instaurando a dissolubilidade do casamento. — Em discussão.

O SR. ANTONIO FACCI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário do Interior, sobre preços propostos pela Siemens do Brasil, na concorrência que ganhou para a ampliação dos terminais telefônicos de Curitiba. — Em Discussão.

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente a campanhas de publicidade e divulgações realizadas pelo governo no exercício, de 1974. — Em Discussão.

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando a retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 32/74. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 29/75, 30/75, 31/75 e de Lei nºs 156/74, 174/74 e 27/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 161/74, 192/74 e 196/74.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 229/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Pro-

TOCOLADO SOB O Nº 3206/75, DE 10 DE ABRIL DE 1975, DESTE PODER,

R E S O L V E:

I — lotar, HERCULANO CORDEIRO, ocupante do cargo de Oficial da Administração, PL "20", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da 1ª Vice-Presidência; e,
II — autorizar, o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos a partir de 10 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 230/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o nº 3768/75, de 22 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a GLACI BELICH, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 231/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3846/75, de 23 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, a Portaria nº 173/75, na parte a que se refere a MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 232/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 3799/76, de 23 de abril deste Poder, de 1975 deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria, nº 173/75, a RAUL WOLF, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 233/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3913/75, de 24 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder férias coletivas aos funcionários do Quadro de Pessoal

da Secretaria desta Assembléia, referentes ao período de 1975, conforme especificado abaixo:

de 1º a 30 de maio

RUBEN MURILO LEÃO REGO

de 1º a 30 de junho

ACIR VILLATORE
ADILSON VICENTINI
ALCEU ALVES PASSOS
ALELI DOS SANTOS
ALFREDO PRESTA
ALMIR DE OLIVEIRA SANTOS
ALSTON XAVIER DA SILVEIRA
ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA NETO
ANTONIO GARCIA
ANTONIO LACERDA BRAGA NETO

de 1º a 30 de julho

ARLETE BELMONT ZEBALLOS
BELKIS FERNANDES
BOLIVAR CAMARGO BARROS
CELINA BIANCHI
CESAR AUGUSTO LEONI
DURCILIA PRESTES DOS SANTOS
EDISON HEIBEL
EDOUARD ELIAS THOMÉ
ÉLIO DUARTE DIAS

de 1º a 30 de agosto

EMA ELY ATANÁSIO RUPP
ETHEL DE PINHO NEVES
FERNANDO JOSÉ PUPPI
FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO
GABRIEL QUESADA FILHO
HUGO GABARDO
HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO
HONORINO LUIZ COLLA
ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA
INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA
IZOLA GLISTAU BARRICHELLO

de 1º a 30 de setembro

JAHIR DELAGASSA
JANET DA SILVA SANTOS
JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO
JOSÉ TARQUÍNIO ISFER
LINDAMIR DOS SANTOS
LUCIA MARIA DA VEIGA
LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT
LUIZ CARLOS MARTINS DE ARAUJO
LUIZ DOUGLAS FERREIRA
LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO

de 1º a 30 de outubro

LUIZ LOSSO
MADALENA MARIA DE LIMA
MANUEL FERNANDES MAIA JUNIOR
MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER
MARIA AMÁLIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA
MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES
MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER
MÁRIO AUGUSTO GUERRA
MERCHID BELICH FILHO

de 1º a 30 de novembro

MOYSÉS ABDALA MAGALHÃES
NELITA RIBEIRO DOS SANTOS
NEUSA ALVES DE OLIVEIRA
ODIR GOMES DA ROCHA
OPHIR FABELINO DE SOUZA
OSWALDO FARIA
PAULO CESAR PINHO DUBOC
PERCY TAMPLIN

de 1º a 30 de dezembro

PLINIO ANTONIO DE SOTTI LOPES
RAUL ZIPPERER
SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO

SILVIO RODOLFO LIEGEL
SOFIA KOLOSOWSKI
NILVA MARIA MORO
UAHIB ABRAHÃO TANUS
WALTER CID RODRIGUES E SILVA
WILMA WAMBIER GUSSO
ZILDETE TEIXEIRA
JOSÉ CARLOS PEREIRA

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 234/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar, WILSON KAIEL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços, no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 235/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3746/75, de 22 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, JOSÉ BRUSTOLIN NETO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 236/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3807/75, de 23 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, JACY CORREIA FERNANDES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços, no Gabinete da Previdência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 237/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3808/75, de 23 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ANTONIO BRAVO, ora à disposição deste Poder Legislativo para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 238/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1682, de 5 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ALCEU RAMOS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral